



MEMÓRIAS DOÍDAS¹

Prof. Dr. Otávio Cabral²

Início minha fala dizendo do imenso prazer que sinto ao me dispor a conversar com vocês sobre um tema que me é muito agradável e que, de certa forma, compõe, dá sentido à minha vida e me dá a mais absoluta certeza de que eu não conseguiria desenvolver nenhuma atividade, se não tivesse, de uma forma ou de outra, o teatro por perto.

Digo isto porque dele me aproximei ainda muito cedo, eram os anos 60 e a ditadura apenas engatinhava, ainda não havia mostrado por inteiro suas garras que se estenderiam por longos, terríveis, cruéis e nebulosos 21 anos. Ginásiano, fui participar de uma Caravana Cultural formada por jovens secundaristas às cidades de Delmiro Gouveia e Viçosa; nela, entre inúmeras atividades, havia um grupo que tinha levado uma peça, “Procura-se uma Rosa”, de Pedro Bloch. Procurei me aproximar do elenco e terminei sendo convidado para fazer a sonoplastia do espetáculo.

A partir daí me convidaram para conhecer Linda Mascarenhas e fiz o meu primeiro papel na ATA sob sua direção, atuando na peça de Pirandello “*As Laranjas da Sicília*”. Fiz outros papéis na ATA mas me demorei pouco naquele grupo, minha cabeça

¹ Palestra proferida no II Encontro Nacional de Artes da Cena da Ufal. Maceió/AL, 15 a 16 de agosto de 2023.

² Professor do Curso de Especialização em Arte e Sociedade da Universidade Federal de Alagoas.

já estava na subversão e precisava me aproximar de pessoas com afinidades políticas contrárias àquelas de Linda Mascarenhas e da ATA que se afinavam com os pressupostos defendidos pelo Golpe Civil Militar de 64. Sempre tive, tenho e terei o maior respeito por sua figura, pelo que ela representou no teatro alagoano, levando a juventude para fazer teatro e desembolsando dinheiro próprio para manutenção do grupo, pelo legado de respeito à arte, e, principalmente, por ter me transmitido a reverência devida para com essas tábuas e pelo público que nos paga para nos assistir. Porém não posso negar que, politicamente, sempre estivemos em campos inteiramente opostos, defendendo sempre o contrário daquilo que acreditava a dama do teatro alagoano e seus seguidores e sequenciadores. Dona Linda Mascarenhas, como era chamada, era uma conservadora e conciliava com a ditadura, inclusive seu grupo era beneficiado pelo governo Afranio Lages, o primeiro governo estadual da ditadura, pela proximidade que tinha com a família.

Faço aqui um registro, ao contrário do que, segundo soube, vem sendo contado aos alunos do Curso de Teatro de que o teatro alagoano começa com a ATA, isso não é verdade, pelo contrário, a ATA surge de uma dissidência encabeçada por Linda Mascarenhas no Teatro de Amadores de Maceió, o TAM. E bem antes do TAM já existiam outros grupos fazendo teatro por aqui. Então vamos fazer uma correção histórica e acabar de uma vez por todas com essa história que o teatro alagoano começa com a ATA, isso não é verdade e ponto final.

Em 1966 fiz uma peça pelo TAM, A História de João Rico, e no ano seguinte fiz Riacho Doce, pelo Os Independentes, que era uma peça que discutia a contradição na sociedade de classe. Depois disso fiz mais duas peças em 1967, Chapeuzinho Vermelho, pelo GTEC e Os Ossos do Barão pela ATA.

Já no final dos anos 60, mais precisamente em 1969, quando eu ainda era estudante da Escola de Serviço Social Pe. Anchieta, uma instituição ligada a uma congregação de freiras, fui eleito presidente do Teatro Universitário de Alagoas – TUA. Antes, porém, é preciso falar um pouco mais sobre essa Escola e o papel dessas freiras, principalmente da sua diretora, a combativa Madre Zely Perdigão.

A Escola de Serviço Social era uma instituição cuja totalidade do corpo discente era constituída de pessoas extremamente combativas e dispostas ao enfrentamento ao regime autoritário da ditadura civil militar imposta a partir de 1964.

Cursei Serviço Social até o 2º ano, quando descobri que não era bem o que eu queria. Lá conheci a Madre Zely Perdigão, diretora da Escola, e que sempre se comportou com a mais combativa postura de enfrentamento ao regime. A tal ponto que quando ali chegaram alguns militares para promoverem uma investigação, ela fechou os portões, abriu os braços encostados nos mesmos e disse que eles ali só entrariam quando lhe tirassem a vida. Eles recuaram, respeitaram e foram embora. Essa era a Madre Zeli, que depois recebeu o título de Doutora Honoris Causa da nossa Universidade e a quem eu quero, neste momento, prestar a minha mais comovida homenagem a uma mulher que se associou aos segmentos mais expressivos da luta política contra o autoritarismo. A ela a minha reverência, o meu respeito e o privilégio de tê-la conhecido e convivido.

Estou me referindo ao ano de 1969, quando foi sancionado em fevereiro daquele ano o Decreto Lei 477, que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades, considerados culpados de subversão ao regime. Os professores atingidos eram demitidos e impossibilitados de trabalharem em qualquer outra instituição educacional durante cinco anos e os estudantes eram expulsos e impedidos de cursarem qualquer instituição por três anos. Na verdade, esse Decreto foi baixado com o objetivo direto de atingir o então Professor de Sociologia da USP Fernando Henrique Cardoso. No ano anterior, em 1968, o ano da Passeata dos 100 mil, onde eu estive presente, porque morava no Rio nessa época, a ditadura já havia criado o famigerado Ato Institucional nº5, o famoso AI5:

Esse Ato Institucional concedia amplos poderes ao Executivo para decretar Estado de Sítio e suspender os direitos políticos dos cidadãos por até dez anos. Também permitia ao presidente cassar mandatos políticos, suspender garantias constitucionais, demitir, dispensar, reformar ou transferir os servidores públicos.

Estávamos, portanto, completamente cercados, com vários companheiros e companheiras presos e torturados, e era imprescindível que se encontrasse a cada momento uma forma nova de enfrentamento com o sistema político vigente, sistema esse que tão bem se amolda e se assemelha com o que é defendido por Bolsonaro e seus asseclas e que eles chamam de democracia.

Eu, juntamente com o poeta Jose Geraldo Marques, havíamos criado um texto que se intitulava “Canto Contado”, construído e enviamos para a Censura. É uma pena que esse texto tenha se perdido e não exista mais, porque seria muito interessante ser mostrado. É muito estranho porque sou uma pessoa que procura guardar tudo para futuras pesquisas. Antes de recebe-lo de volta, recebi a visita de dois policiais federais no meu trabalho com uma intimação para que comparecesse no dia seguinte à sede da Polícia Federal. Ao chegar, fui informado da proibição do texto e detido para interrogatório e ali fiquei das duas da tarde até dez da noite, quando então me dirigi para o Teatro Deodoro, onde o elenco estava reunido à espera. Dei a notícia do interrogatório e da proibição do texto e após algumas discussões chegamos à conclusão que deveríamos nos dirigir naquele momento à casa do teatrólogo Volney Leite para escolha de um novo texto.

Naquele ano o ator Paulo Autran havia viajado o país inteiro com a peça *Édipo Rei* discutindo com a sociedade, e em particular com os universitários, o autoritarismo no país. A temporada de Paulo Autran foi muito bem sucedida, com casas sempre cheias por onde passava.

Aqui em Maceió, ele já havia estado antes, com a peça *Liberdade Liberdade*, de Millor Fernandes, e se apresentou no Teatro Deodoro, tendo discutido com os universitários, na antiga Faculdade de Economia, que ficava localizada na Praça dos Martírios, na esquina da Cambona, onde hoje é uma agencia da Caixa Econômica. Eu estive presente, embora ainda não fosse universitário, para assistir às discussões.

Com a proibição do nosso texto acreditamos que aquele espaço deixado por Paulo Autran poderia ser também o nosso mote: montar uma tragédia grega, escrita a dois mil anos, sem a menor possibilidade de ser proibida pela censura. Foi aí que resolvemos montar ANTÍGONA, para seguir a trilha. Procuramos Braulio Leite, diretor à época do Teatro Deodoro, que havia sido o fundador do TUA, para que nos ajudasse nessa montagem. Ele não só nos apoiou, como convidou e hospedou Alfredo de Oliveira, diretor pernambucano, para que dirigisse esse espetáculo.

O último Presidente do TUA tinha sido Divani Suruagi, irmão do ex governador Divaldo Suruagi, a quem procuramos para pedir a documentação do Grupo e que nos informou que ainda existia um pequeno saldo em banco. De posse da documentação começamos o trabalho de produção para conseguir recursos que viabilizassem a

montagem. Tivemos o apoio de Pierre Chalita, que desenhou o cenário, os figurinos, oos calçados e que ia comigo para as lojas escolher os tecidos mais apropriados para vestir as personagens. Nos emprestou uma bandeira antiga de seu acervo pessoal para que a utilizássemos na entrada do Palácio de Édipo. Fez tudo isso sem nos cobrar nada. O diretor Alfredo Oliveira nos cobrou uma quantia bem aquém do que normalmente cobrava só para atender ao pedido e corresponder à amizade de Braulio.

Havia uma loja no centro da cidade, que eu não lembro mais o nome, que o proprietário acreditou no jovem Otávio Cabral e vendeu fiado para que pagássemos quando conseguíssemos dinheiro. Isso é algo que até hoje não consigo entender. E nas inúmeras vezes que encontrei com ele, anos depois, dizia que ele poderia ter levado um tremendo calote porque não me conhecia, e ele sempre me dizia que era verdade, mas que eu havia inspirado confiança, e efetivamente pagamos até o último centavo.

Uma outra coisa que precisa ser lembrada é que, entre outras coisas promovidas para conseguir recursos, nós vendemos os ingressos da estreia com antecedência e assim fomos agilizando a produção.

A peça estreou em setembro de 69 e eu interpretava o Tirésias, com a minha irmã, Graça Cabral, interpretando a guia do cego, com apenas 9 anos e fazendo assim a sua estreia no teatro. Importante lembrar que ela resolveu se dedicar ao teatro e participou de inúmeras peças com um brilhantismo impressionante, inclusive, posteriormente, já adulta, numa retomada do Teatro Universitário na gestão do saudoso companheiro Denisson Menezes, na peça Ponto de Partida, de Gianfrancesco Guarnieri, que tinha a querida Hermé Miranda no papel de Maira e Beto Verçosa interpretando D. Felix e que depois se tornariam marido e mulher, ambos hoje exercem a medicina com o mesmo brilho com que interpretaram os papéis no teatro. Essa peça teve a direção do paraense Claudio Barradas que após seu retorno para Belém passou a ser conduzida por Dario Bernardes, saudosamente também falecido.

Nessa peça trabalharam também os atores Paulo Poeta fazendo o Ferreiro e Jorge Barbosa, o nosso querido e saudoso Sebage, fazendo o Dôdo. Esse espetáculo foi de uma importância muito grande porque coincidiu com a morte do Vladimir Herzog, jornalista que foi enforcado pelos militares, e a peça mostrava um poeta que foi enforcado na praça a mando de Dom Felix o dirigente da localidade, então, com isso, foi

aberta uma discussão da contemporaneidade e o espetáculo cumpriu sua função política naquele momento tão difícil para a sociedade brasileira.

Infelizmente essa foi a última peça encenada pelo TUA durante a ditadura, porque logo depois o seu presidente, Denisson Menezes, foi preso e torturado, juntamente com outros companheiros militantes, o que, de certa forma desarticulou as ações do teatro universitário. Nesse momento, por ocasião da prisão do Denisson, foram presos também o jornalista Denis Agra, presidente do Sindicato dos Jornalistas, seu irmão Breno Agra, os companheiros Fernando Costa, que após a redemocratização se elegeu vereador, Flavio e um outro que agora não me recordo o nome.

Estou colocando isso para vocês porque quem viveu esses momentos de completa escuridão e de negação completa à plenitude do estado de direito, tem que relatar aos que vieram depois para que se mantenham sempre atentos não permitindo nunca mais a volta desses tempos. É muito triste nós vivermos em constante vigília com medo até da nossa sombra. Não podemos permitir que esses tempos voltem e que o avanço da extrema direita se transforme na reconquista do poder.

Além do Teatro Universitário, outros grupos teatrais, poucos aliás, enfrentaram a tirania através da arte e deram suas contribuições para a conquista da redemocratização no país. A bem da verdade, é preciso que se registre que alguns daqueles grupos em atuação naquele período e que não eram alinhados com o enfrentamento e que também conciliavam com o poder autoritário vigente no país, se apresentam hoje, principalmente para os alunos do curso de teatro, como grupos progressistas, a exemplo da ATA, a Associação Teatral das Alagoas.

Importante lembrar que até 1985, ano da redemocratização, eu não parei de fazer teatro fizemos *Entre 4 Predes*, com a minha querida atriz Fatima Medeiros e o inesquecível Marcial Lima, *Pique Nique no Front*, de Arrabal, *O Natal na Praça*, de Gheon, em plena rua em Ipioca, *Sua Excelencia a Prostituta*, de Carlos Mero, *Comeram D. Pero Fernão de Sardinha*, de Luiz Sávio de Almeida, homenageado dessa Bienal, *Estrela Radiosa*, *O Amarelinho* de Volney Leite, e dirigi em 1984 *O leiteiro e a Menina Noite*, uma peça infantil, que serviu para descobrir que a minha praia não é a direção e sim a interpretação.

Bem eu quis me ater apenas ao período da ditadura e, após a peça que dirigi, chegamos a 1985 quando finalmente voltamos a respirar os ares da democracia. Aqui concluo a minha participação nessa mesa, dizendo do imenso prazer em poder reviver aqueles tempos e contar para vocês para que não permitam nunca mais que o autoritarismo volte a ser a palavra de ordem no nosso país.

VIVA A DEMOCRACIA!

DITADURA NUNCA MAIS!

VIVA O POVO BRASILEIRO!

BIBLIOGRAFIA:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>